

**AS PRÁTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO USO E NAS
RELAÇÕES COM A TERRA E O MEIO AMBIENTE – O CASO DO
CAPA E DA ASSESOAR**

**THE PRACTICE OF SOCIAL MOVEMENTS REGARDING THE USE
AND RELATIONS WITH LAND AND THE ENVIRONMENT - THE
CASE OF CAPA AND ASSESOAR**

Walter Marschner

Doutor em Sociologia
Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
walmars@ufgd.edu.br

Tarcísio Vanderlinde

Doutor em História
Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
tarcisiovanderlinde@gmail.com

Resumo

Os movimentos ambientalistas passam a atuar no Brasil a partir da década de 1990, trazendo novas análises e novas práticas entre os movimentos sociais. No caso das organizações camponesas, a agroecologia surge como desafio que amplia o horizonte utópico das lutas sociais, complexificando as pautas e demandas. Por outro lado a questão ambiental insere-se nas transformações do capitalismo globalizado, sob o signo do desenvolvimento sustentável reformulando as bases de acumulação do capital, baseado agora em um novo metabolismo entre meios de produção e recursos naturais. Dá-se assim a ambiguidade da questão ambiental, presente nos mais variados discursos e visões de desenvolvimento com ampla veiculação na sociedade neste início de século. Os estudos de casos neste artigo, duas ONGs vinculadas à agricultura ecológica no Paraná – ASSESOAR e CAPA, além de sinalizarem novas configurações do uso e das relações com a terra, apontam também para as contradições e os desafios das questões ambientais para os movimentos sociais, notadamente a relação indissociável entre agroecologia e agricultura familiar.

Palavras-chave: ASSESOAR. CAPA. Agroecologia. Agricultura familiar. Movimentos sociais.

Abstract

Environmental movements now operate in Brazil from the 1990s bringing new analyzes and new practices among social movements. In the case of peasant organizations agroecology poses a challenge that extends the utopian horizon of social struggles, adding complexity to

the agendas and demands. On the other hand the environmental issue becomes part of the transformation of global capitalism, under the banner of sustainable development reshaping the foundations of capital accumulation, now based in a new metabolism between means of production and natural resources. Thus there is the ambiguity of the environmental issue, present in various speeches and visions of development extensively propagated in society in this beginning century. The case studies in this article, two NGOs linked to the ecological agriculture in Paraná - ASSESOAR and CAPA, besides signaling new settings of use and relationship with the land, also point to the contradictions and challenges of environmental issues faced by the social movements, notably the inseparable relationship between agro-ecology and family farming.

Keywords: ASSESOAR; CAPA. Agro-ecology. Family farming. Social movements.

Introdução - Novas pautas dos movimentos sociais

Com o fim da ditadura militar no Brasil e o fim da tensão leste-oeste com a queda do muro de Berlim, na década de 1980, desaparecem tanto o “inimigo comum” como alguma das polaridades que foram fundamentos da identidade de muitos movimentos sociais. A luta social torna-se então difusa, levando a uma reformulação de suas pautas de ação. Tal processo fora interpretado por alguns analistas como crise ou desmobilização dos movimentos sociais. No entanto, essa reformulação, ainda em curso, resultou no surgimento de uma diversidade de novos atores bem como na pluralização de frentes de luta, com múltiplas metodologias de análise e formas de intervenção na realidade. Dessa diversidade destacamos aqui os movimentos ambientais e um novo perfil de movimentos camponeses. Estes últimos, ao articular suas demandas clássicas de luta *pela e na* terra com as do ambientalismo, passam a formular propostas de desenvolvimento sustentável para o campo, em especial, no âmbito da agroecologia.

Para Scherer Warren (1999) nenhum agente sócio-político pode, por si só, transformar a realidade. Atualmente os sujeitos de transformação só existem plurais e articulados com outros atores, constituindo um movimento em rede. Nesse sentido, podemos dizer que muitas das ONGs (Organizações não governamentais) que outrora estavam, isoladamente, restritas ao papel de prestadoras de serviço, passam hoje a assessorar e qualificar os movimentos sociais, quando não assumem, elas mesmas, o protagonismo e o

perfil de movimentos. As ONGs, partindo de suas bases sociais, passam a agir cada vez mais em rede, adquirindo ação supra regional e transcendendo as agendas de ação locais. Para Gohn (2011), muitas dessas organizações, ao interagir com populações excluídas ou em situação de vulnerabilidade, desempenham com elas a experimentação social, em atividades que são fontes geradoras de mudança, resgatando memórias e valores do passado capazes de dar sentido às lutas do presente. São organizações que se recriam cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam.

No caso das concepções de desenvolvimento sustentável, percebem-se casos onde a intervenção das organizações é capaz de gerar referências e redefinir políticas públicas em sintonia com as demandas da sua base social. O presente artigo analisa duas ONGs - ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) - ambas vinculadas ao desenvolvimento da agricultura familiar que, por sua ação articulada, tem um impacto expressivo no desenvolvimento de referências de desenvolvimento sustentável.

O presente artigo assume a perspectiva teórica da ecologia política (MOLINA, 2009, SAUER, 2009) que compreende sustentabilidade ou a agroecologia inseridos na dinâmica de um campo conceitual, no sentido de Bourdieu, marcado pela disputa. Para o sociólogo o campo científico, “enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável como capacidade técnica e poder social” (1983: 123).

Como percurso metodológico o artigo contempla uma revisão teórica breve sobre o desenvolvimento dos conceitos de sustentabilidade, ecologia e agroecologia, contrastando os mesmos com a história das ONGs em questão, tomando como fonte documentos institucionais e publicações das mesmas. Pretende-se assim entender o quanto essas organizações ressignificam a concepção de agroecologia e, de forma mais ampla, de sustentabilidade, agindo na contramão das transformações do capitalismo globalizado que, sob o signo do desenvolvimento sustentável introduz, nos discursos e visões de desenvolvimento, a ambiguidade da questão ambiental.

Antecedentes

A matriz produtiva da modernização conservadora - Com a nova divisão internacional do trabalho no pós-guerra e com a inserção das economias regionais a nível internacional, estabelecem-se novos padrões de produção baseados em uma crescente especialização da agricultura. Implanta-se a assim chamada “revolução verde”, alterando profundamente a estrutura produtiva na agropecuária através da introdução da produção industrial, da mecanização, do uso de insumos químicos e da produção em escala. Replicando na produção agrícola os mesmos princípios aplicados na indústria, a revolução verde concebia a artificialização da agricultura, onde a natureza, com suas variáveis e especificidades de biomas, passava a ser controlada cada vez mais (VAN DER PLOEG, 2008). Nesse movimento, a produção agrícola perdia suas funções tradicionais como o abastecimento das populações locais ou a geração de renda das economias regionais. Nos países da Europa introduziam-se intervenções estatais na agricultura, visando consolidar seu novo papel no desenvolvimento do capital. Segundo Abromovay (1992), essas intervenções resumiam-se à redução dos custos com alimentação junto aos trabalhadores, orientando a economia para o consumo de bens duráveis, condição básica para aquecimento dos mercados internos e expansão do capitalismo no início da década de 1970.

Nessa época, as políticas públicas no Brasil diferenciam-se das dos países europeus por se vincularem ao projeto de desenvolvimento centralizador da ditadura militar, perfazendo o paradoxo entre modernização e autoritarismo. Como assinala Martins (1986: 73), dá-se nos anos 1960 e 1970 um movimento pendular de uma política descentralizada e liberal para ditadura, que oscilava entre tendências de um lado à modernização do setor produtivo e, de outro, à repressão da participação de diversos seguimentos da sociedade civil. Para reestruturar a agricultura dominada por oligarquias, os militares ignoraram a alta concentração fundiária e apostaram na aceleração da modernização do setor, baseando-se numa intensiva aplicação de tecnologia. Tratava-se de um reducionismo econômico, onde “desenvolvimento” limitava-se a “crescimento”.

No início dos anos 1950 foram fechados diversos contratos de cooperação entre o Ministério da Agricultura brasileiro e norte americana Inter-American Education Foundation

Inc. com a intenção de promover no país a formação técnica no campo. Foi criada então a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais que tinha a missão de trazer, através da formação técnica, o desenvolvimento e a segurança social (no sentido da diminuição dos conflitos sociais). Essa foi a origem da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) que conhecemos hoje, cujos conceitos de formação partiam da premissa de que toda forma de produção baseada em métodos tradicionais representava uma barreira ao desenvolvimento industrial. Relatórios e análises deste período atestavam que a baixa produção poderia, com o tempo, levar os governos a problemas estruturais como inflação e insolvência. Era, portanto, urgente uma ampla mudança nas técnicas produtivas, com a introdução de um grande elenco de medidas modernizadoras para a agricultura, mecanização, fertilização química, melhoramento genético, técnicas de armazenamento, industrialização de matérias primas agrícolas, e o melhoramento da formação dos agricultores como medidas para a superação da “agricultura tradicional”.

Sauer (2009) resume que a atual concentração fundiária e os danos ambientais no Brasil são frutos de políticas públicas, que destinaram grandes somas de recursos, através de políticas de crédito agrícola e da ação das grandes cooperativas, e consolidaram um modelo de produção baseado na monocultura extensiva para exportação. Para Martins (1988: 92), o Estado militar subsidiou o capital, “em vez de combater a renda fundiária em nome do desenvolvimento capitalista, para remover o obstáculo e a irracionalidade que a renda representa para o crescimento do capital”.

A disputa pela noção de sustentabilidade - A partir da década de 1990 começa-se a falar de uma crise sistêmica do capitalismo, não mais como um discurso de oposição, mas a partir de um conjunto de diagnósticos que apresentam sérios riscos para o crescimento da economia em escala mundial. No caso da agricultura industrial, constatam-se as quantidades crescentes de combustíveis fósseis, fertilizantes químicos, agrotóxicos e outros *inputs* necessários, causando impactos crescentes no entorno ou em ecossistemas distantes, colocando em risco a propalada ordem do agroecossistema artificial da agricultura industrial, cuja estabilidade ou expansão é colocada em questão.

Trata-se de uma crise que, para Boff (1993) é, no fundo, a própria crise do processo civilizatório, por ser baseada numa racionalidade que submete toda a realidade, concebendo um modelo de desenvolvimento altamente energívoro e devorador de todos os ecossistemas. Tal racionalidade é reconhecida como mecanismo fundamental da crise, o que faz com que o próprio sistema capitalista demande de novas bases epistemológicas, novas perguntas e novos conhecimentos, para o enfrentamento e superação dos problemas por ele criados.

Leff aponta que a crise ambiental traduz-se na própria crise do capitalismo, enquanto “crise de recursos”. A *escassez* - até então fundamento da teoria econômica liberal - alcançou dimensões globais, não mais equacionáveis pelo progresso técnico: “são as próprias condições da reprodução do capital neste momento que requerem um equilíbrio ecológico, a reciclagem de recursos não renováveis e a reprodução de recursos renováveis” (2009: 206). Se na perspectiva mecanicista, desde a revolução industrial, a natureza era ignorada como variável do cálculo econômico, a crise faz com que a “dimensão ambiental” passe a ser contabilizada no custo de produção, integrando a planificação do desenvolvimento econômico. A introdução do tão propalado conceito de *desenvolvimento sustentável*, segundo vários autores (LEFF, 2009; MOLINA, 2006; ALTIERI, 2012) é resultado dessa crise sistêmica.

Em 1987 surge o “Informe Brundtland”, documento também chamado de “Nosso Futuro Comum” (1987) que atendia a demanda da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada em 1984 pela secretaria geral das Nações Unidas com intuito de avaliar os impactos ambientais do sistema econômico e eficácia de políticas ambientais. Segundo a Comissão Brundtland sustentabilidade definia-se então como “um processo de mudança através do qual a exploração de recursos naturais, a orientação dos investimentos, dos avanços tecnológicos e das mudanças institucionais estão em harmonia e ampliam tanto o potencial presente como o futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humanas. As estratégias devem satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de estas satisfazerem as suas necessidades”. (CAPA, 2005, pg. 26). O conceito revelaria contudo, um atrelamento a um economicismo que passa a reduzir a questão

ambiental à crise de recursos e a contabilizar riscos ambientais como uma variável econômica.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, o discurso da sustentabilidade passa a ser legitimado, oficializado e difundido amplamente. Justamente pela sua pretensão de universalidade, o conceito de sustentabilidade se expressa cada vez mais ambivalente, assumindo significações díspares de acordo com agendas políticas. Leff aponta que a sustentabilidade pode assumir a conotação de internalização das condições ambientais no crescimento como pode ser entendida como condição para a durabilidade do próprio processo econômico *ad infinitum*¹ (Op cit: 210). Nesse sentido pode-se entender uma disputa em torno do *campo conceitual* (no sentido de BOURDIEU, 1983) da noção de sustentabilidade e de sua caudatária ecologia, discursos que se expressam em primeiro lugar como ideologia, no sentido que o emprega Terry Eagleton, (2007), da construção de um imaginário, por parte de forças hegemônicas.

Para Molina (2009) sustentabilidade deriva de uma “ecologia política”, onde o conceito deveria ser reflexo de determinadas relações de poder que definem a mudança na dinâmica dos agroecossistemas. Assim sendo sustentabilidade é conceito dinâmico, muito mais um processo que um estado, que se orienta numa forma de vida social, discutindo os limites do desenvolvimento a partir de uma pauta mais ampla, incluindo a justiça ambiental, mas também a soberania alimentar, acesso a terra e aos meios de produção, autonomia camponesa, entre outras questões.

A agroecologia como ideologia e como resgate de práticas - Ecologia, por sua vez, teve sua primeira definição em 1867 por Haeckel como “... corpo científico que se preocupa com a economia da natureza – a investigação das relações totais dos animais, tanto com seu ambiente inorgânico, quanto com o orgânico” (apud KORMONDY e BROWN, 2002: 45). Como conceito ela passa a ser amplamente reconhecida no mundo acadêmico no início do século XX com a criação da Sociedade Ecológica Britânica em 1913 e da Sociedade Ecológica da América em 1915. Ao longo do século a ecologia é enriquecida pelo

reconhecimentos das estruturas e funções da natureza o que levou a formular o conceito de ecossistemas (ODUM apud KORMONDY e BROWN, 2002).

Em termos conceituais a Agroecologia é resultante da aproximação da ecologia à agronomia convencional². No Brasil, a partir de 1990, a agroecologia passa a ser base conceitual dos discursos e estratégias de uma significativa parcela de organizações da sociedade vinculadas a perspectiva da assim chamada *agricultura alternativa*. Esta por sua vez fora resultado de uma intensa luta dos movimentos sociais na contestação dos impactos sociais e ambientais da agricultura convencional. Foi o caso dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, a partir da década de 1970, (EBAAS em 1981, 1984, 1987 e 1988), o que fez surgir, também nesta década, a Rede de Projetos em Tecnologia Alternativa (Rede PTA) articulando grupos de agricultores, organizações de trabalhadores, universidades, centros de pesquisa e cooperação internacional de desenvolvimento.

O desenvolvimento da agroecologia no Brasil pode ser entendido em três fases fundamentais, a primeira marcada pela ênfase em tecnologias (adubação verde, compostagem, utilização de caldas no manejo de pragas, entre outras) com o predomínio do conhecimento técnico na lógica difusionista, da transferência de técnicos para os agricultores. Seguiu-se uma segunda fase, que passa a reconhecer o agroecossistema como unidade de análise, com intervenções a partir do diagnóstico local e da identificação de problemas e prioridades, com ênfase na experimentação e a construção de práticas agroecológicas integradas. A terceira fase, denominada sistêmica já entende a agroecologia como processo social, com enfoque nas relações sociais e fluxos de saber entre os próprios agricultores, na perspectiva de um saber e de uma ética agroecológicas (SANTOS, 2008).

Nesse processo histórico percebe-se, como apontam vários autores (LEFF, 2009; CAPORAL, 2006; MOLINA, 2009), a estruturação da agroecologia tanto como uma *ruptura epistemológica*, como também um *processo político*. A primeira ruptura se dá precisamente na superação da dicotomia entre ciência e saber popular, sobre o qual sempre se apoiara o extensionismo tradicional. Abordagens mais recentes procuram superar pensamentos dicotômicos tais como ser humano/natureza, sociedade/ambiente, razão/sentimento apontando para uma perspectiva sistêmica e unificadora³, capaz de uma melhor compreensão

da complexidade do real. Nesse contexto, a agroecologia constrói-se como um conhecimento baseado na existência de cooperação/complementaridade entre as espécies (contrariando o paradigma evolucionista que propugna o modelo da competição, da lei do mais adaptado). Essa relação de complementaridade, antes limitada às relações entre os organismos vivos de um bioma (fauna e flora), passa a incluir também a sociedade, o camponês em suas relações com o meio ambiente (LEFF, 2009).

Por isso, segundo Caporal (2006) a agroecologia concebe o manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis a partir de uma análise multidimensional (econômica, social, ambiental, cultural, política e ética), e de uma matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências de distintos atores sociais, dando suporte à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural. Incorporando o potencial endógeno, (relação com saberes locais), reconhecendo e se nutrindo dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural.

Perspectivas recentes da educação ambiental vinculam ecologia ambiental com ecologia social, vale dizer, que a diversidade não se resume a fauna e flora, mas inclui culturas, epistemes, formas de conhecer e interagir com a natureza. A esse processo interativo ecologistas e cientistas sociais passam a chamar co-evolução (KORMONDY e BROWN, 2002; CAPORAL, 2006) na qual as trocas e transformações geradas pela presença humana num dado bioma pode, pela sua interferência, favorecer o nível de troca e a biodiversidade.

A segunda concepção de agroecologia, derivada da concepção epistemológica, foca nas relações de poder subjacentes à dinâmica dos sistemas produtivos, por isso uma “ecologia política”, no sentido que lhe dá Molina (2009). O autor entende que a sustentabilidade de um agrosistema reflete configurações de poder, presentes nas relações sociais entre agentes e instituições. Ao politizar-se, a agroecologia assume também o caráter de ideologia, pois ao disputar concepções de desenvolvimento, difunde uma nova forma de organizar o metabolismo⁴ sócio-ambiental baseado no paradigma ecológico e de sustentabilidade. Nas palavras de Toledo e Molina, os seres humanos ao realizar suas atividades produtivas,

“...consuman dos actos: por un lado socializan fracciones o partes de la naturaleza, y por el otro, naturalizan a la sociedad al producir y reproducir sus vínculos con el universo natural”. Para o autor, isso leva a uma determinação recíproca entre natureza e sociedade. Leva a uma abordagem que supera “el conocimiento parcelado y la habitual separación entre las ciencias naturales y las ciencias sociales y humanas al que nos tiene condenado la práctica dominante del que hacer científico, es decir, permite adoptar un pensamiento complejo” (TOLEDO e MOLINA apud CAPORAL, 2006: 6).

Inverte-se aqui a clássica relação de subordinação da Ecologia à Economia. Para Caporal (2006), se a visão convencional da Economia baseava-se na fé inabalável nos avanços tecnológicos capazes de corrigir ou absorver as externalidades negativas, a Agroecologia constrói sua própria economia, que se expressa nos fluxos de matéria e energia visando não a maximização dos lucros, mas a sustentabilidade dos recursos e os impactos ambientais provocados pela atividade econômica⁵.

A Agroecologia vem buscando a articulação de diferentes conhecimentos, de distintas disciplinas e campos da ciência, para conformar este novo paradigma do reino da complexidade, da integração do conhecimento técnico-científico e deste com o saber popular.

Tomando em conta os aspectos até aqui apresentados dá-se o enfoque na análise a seguir. Procuramos identificar na história das duas ONGS elencadas nesse estudo, as aproximações e contradições em relação ao panorama de desenvolvimento da ecologia esboçado até aqui.

A ASSESOAR

No contexto do posicionamento da Igreja diante dos conflitos de terra no Brasil em 1966 surge a ASSESOAR⁶. Originalmente ligada ao espírito das comunidades eclesiais de base, sua ênfase estava no campo catequético e na formação de lideranças. Desde 1968, a ASSESOAR assumiu um trabalho político-religioso para a organização das comunidades rurais através de grupos de discussão. Como Abramovay ressalta (1981) essa atmosfera religiosa nas comunidades permitira o surgimento de uma forma de resistência entre os

camponeses, onde a disposição para a luta sempre iniciava no contexto religioso, com os camponeses comparando-se aos cristãos das comunidades primitivas, com missões proféticas⁷.

Com a intensificação da organização dos camponeses surgia a necessidade de desenvolver, ao lado da cotidiana mediação técnica, também uma prática política, capaz de enfrentar os problemas estruturais da agricultura. O Sudoeste do Paraná, como uma típica região de colonização carecia, além de orientações técnicas, especialmente de infra-estrutura (estradas, silos, canais de comercialização, etc). Até a década de 1980, segundo membros do conselho, a entidade esteve constantemente confrontada com uma situação de vulnerabilidade maior dos camponeses, sem perspectivas de mudança. Era comum nessa época que a organização realizasse a cada ano mais de uma centena de eventos educacionais e mais de mil visitas, atingindo assim de 15.000 a 20.000 pessoas.

No que diz respeito ao debate ideológico sobre conceitos de desenvolvimento, destacava-se particularmente que a metodologia da organização era conhecida como „anúncio“. Tratava-se de difundir informações e advertências quanto aos riscos associados com o processo de produção de acordo com princípios da modernização conservadora, bem como alternativas na perspectiva dos princípios da sustentabilidade e autonomia.

Assim, a ASSESOAR foi capaz na primeira fase da sua existência de estender sua influência, uma vez que, através do apoio da igreja, foi capaz de construir uma rede de todas as famílias camponesas e uma estrutura de representação por líderes locais. Os eventos de capacitação realizados traziam consigo uma aproximação com o estilo de vida e a visão de mundo das comunidades rurais. A ASSESOAR também esteve frequentemente envolvida nas atividades sindicais, cooperando na formação de suas lideranças, o que levou ao surgimento da primeira frente de oposição contra o sindicalismo paternalista e conservador da época. Paralelamente ao trabalho político dava-se também o apoio à criação de cooperativas agrícolas. Assim, a práxis pastoral da ASSESOAR estabelecia-se sobre o trinômio famílias - sindicato - cooperativa (FERES, 1990: 537).

Os temores e ressalvas nos setores conservadores da Igreja contra uma suposta ameaça comunista, associada com a eclosão dos movimentos camponeses no Brasil (como no caso das Ligas Camponesas nos anos 60), levaram gradualmente para um afastamento

entre a ASSESOAR e a igreja institucionalizada. A Igreja tentou manter a organização sob seu controle, ou reduzir a área de sua missão eclesial, especialmente através da influência episcopal. Como a organização já na década de 70 gozava, devido à estreita relação com sua base, de relativa autonomia frente às instituições mantenedoras originais (a ordem missionária belga e a Diocese), tendia a separar-se de suas raízes religiosas e limitar cada vez mais a atividade catequética (ibid: 539).

A ASSESOAR constituiu-se historicamente como uma legítima organização camponesa. Ela manteve a sua independência não só diante das tendências conservadoras da Igreja, mas diante do conservadorismo sindical e dos representantes do setor agro-industrial, agentes da matriz tecnológica da modernização conservadora (agrônomos a serviço de empresas ou do governo). Tais espaços de autonomia abertos pela ASSESOAR só poderiam perdurar porque a liderança e gestão da organização estavam sob a estrita supervisão de seus membros. Já na década de 1970 a organização articulava a transmissão de conhecimentos nas comunidades rurais basicamente através de representantes locais. O objetivo era a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura de pequena escala, baseada em um protagonismo local dos camponeses.

Na esteira do trabalho político para a conquista de autonomia local, teve origem na década de 1970, no Sudoeste do Paraná, novas disputas entre camponeses e bancos, grandes cooperativas e autoridades agrícolas (ABRAMOVAY, 1981: 207ss). Após o estabelecimento de bloqueios, boicotes, ocupações das autoridades públicas e outras ações, a preocupação dos camponeses centrava-se em conquistar condições dignas de produção e comercialização, resistindo às consequências da expansão do capital agro-industrial. A luta ampliou-se com a criação dos sindicatos e cooperativas de produção, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970; com as lutas dos suinocultores, as oposições sindicais e o associativismo, no final dos anos 1970 e na primeira metade dos anos 1980 (Cooperativas de Pequenos Agricultores - CRAPA). Ao mesmo tempo, fortaleceu-se com a luta pela terra (MST) e contra as barragens (CRABI) e pelos direitos da população do campo; e, finalmente, com a recriação do cooperativismo a partir do final dos anos 80, de onde surgiram o cooperativismo denominado solidário, de crédito (CRESOL), da atividade leiteira (CLAF) e de comercialização

(COOPAFI). Em linhas gerais, o pano de fundo da resistência camponesa foi, segundo Gomes (2001), baseado no binômio do acesso à terra e da subjetividade camponesa baseada no trabalho familiar, que desencadeou um processo de resistência, envolvendo muitos atores direta e indiretamente.

Seguindo a estratégia de fortalecimento da agricultura familiar⁸, cada vez mais concebida na perspectiva classista, a ASSESOAR aposta nos anos 1990 num amplo elenco de articulações em rede envolvendo entidades sindicais, cooperativas de produção, fóruns regionais de entidades, inserindo-se também na Rede Ecovida⁹, que articula entidades promotoras da agroecologia nos três estados do sul do Brasil.

Nos últimos 12 anos a entidade assumiu cada vez mais a tarefa de gerar referências em desenvolvimento sustentável, colocando em curso processos de formação de agricultores, construídos e assumidos como instrumento político do campo popular, na perspectiva de conceber a multidimensionalidade territorial, envolvendo seus aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais, entre outros. Tal estratégia visava não só o questionamento do modelo de desenvolvimento do espaço rural, mas buscava também intervir, redirecionando através de parcerias com poder público, as políticas públicas para o campo - marcadas até então pela fragmentação, descontinuidade e clientelismo - das gestões do poder municipal. Programas desenvolvidos na década de 1990 como as ECAS - Escolas Comunitárias de Agricultores - e o Projeto Vida na Roça, assumiram o caráter coletivo de formação, dentro da metodologia da educação popular, onde a agroecologia se inseria num processo de contínua análise das realidades local e global e da troca de experiências¹⁰ de agricultura alternativa. Associava-se assim a tecnologia sustentável e a formação política visando ampliar a autonomia e a consciência de classe.

Os objetivos específicos do plano quadrienal 2010-2014 da ASSESOAR (aprovado em assembléia geral da entidade em 2010 e apresentado às agências de cooperação internacionais) apontam o acúmulo de discussões acerca do papel da agroecologia na formação dos seus associados e das estratégias de desenvolvimento local:

a AGROECOLOGIA fortalecida na região a partir da organização dos agricultores e das agricultoras ecológicas, da animação de processos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroecológicos, bem como, do

fomento a pesquisa e tecnologia; a EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO PÚBLICA mais acessível, especialmente, aos agricultores/as familiares e camponeses/as; as ORGANIZAÇÕES POPULARES fortalecidas e atuando na proposição e monitoramento de políticas públicas, especialmente, do campo e a ASSESOAR e as organizações de agricultores familiares e camponeses promovendo a TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E GERAÇÃO em suas ações (ASSESOAR, , 2010, grifos dos autores)

As análises e metas elencadas no plano trienal fazem antever que a construção de referências em desenvolvimento incorporou o acúmulo dos processos vividos pela entidade nos últimos anos, que iniciou com a agricultura alternativa, passou pela concepção da agricultura orgânica convergindo atualmente para a agroecologia. Dessa forma dá-se um novo marco no avanço da agroecologia, “baseado numa identidade específica, condição difícil de garantir nas atuais entidades da agricultura familiar” (ibid, 2010).

A implementação de parcerias com secretarias de educação municipais e universidades públicas levam a ASSESOAR assumir em meados de 1995 também a Educação do Campo como meta estratégica para formação dos/as agricultores familiares.

A relação entre educação popular, agroecologia e educação do campo dá origem em 2012 ao Centro de Educação Popular, ligada à ASSESOAR e apoiada numa “gama de parcerias com escolas, centros de pesquisa e universidades públicas, constituindo-se em um campo fértil para o avanço de iniciativas de desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social” (ibid, 2010: 13).

Se, por um lado, a ASSESOAR articula suas ações assegurando um forte vínculo com sua base regional, assume, de outro lado, o compromisso com a conjuntura mais ampla, que condiciona o desenvolvimento do campo. Apontam-se assim, nos documentos das últimas Assembléias Gerais (AGOs) de 2012 e 2013, os impactos negativos sobre os povos do campo da primarização da economia por parte do governo federal e da crescente apropriação de recursos (minérios, água para energia, agrocombustível e agropecuária) pelas das empresas transnacionais que desalojam os ocupantes da terra (Documento da AGO 2012). Participante do Encontro Unitário dos Trabalhadores/as e Povos do Campo, das Águas e das Florestas de 2012, a ASSESOAR afirma sua posição em favor da reforma agrária, da soberania territorial e alimentar e da agricultura familiar:

- a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo; A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.
- a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.
- soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos
- a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes (ASSESOAR, 2012)

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA

O CAPA tem suas origens na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Historicamente restrita a um grupo étnico (majoritariamente teuto brasileiro), esta igreja se formou em 1968 a partir das congregações e outras formas de organização protestante de pequenos agricultores alemães e suíços, entre outros, que migraram para o Sudeste e o Sul do Brasil a partir de 1824. Até o presente, esta igreja é majoritariamente integrada por pequenos agricultores descendentes dos europeus que migraram ao Brasil no século XIX. A IECLB passa a assumir, desde a década de 1980, diversas formas de inserção social na sociedade brasileira. A partir dos anos de 1960, com as novas tecnologias vinculadas ao processo de expansão capitalista no campo, o modelo agrícola é confrontado e o pequeno agricultor sente-se impactado e excluído do sistema. Questões vinculadas a reforma agrária e a justiça e equidade entre as populações camponesas passam a compor a agenda missionária¹¹ da igreja.

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA acabou sendo uma proposta da Igreja que emergiu da conjuntura e revelou-se como uma forma peculiar de envolvimento da Igreja Luterana com os agricultores. A entidade, identificada inicialmente como um serviço eclesial da igreja, volta-se para às problemáticas dos pequenos agricultores no sul do Brasil sem acepção de credo. O CAPA, contudo, também se identifica com aspectos identitários da Igreja da qual emerge e, na mediação que se pauta em pressupostos espirituais, atua na qualificação de pequenos agricultores pela via da agroecologia. A partir da mediação da

IECLB/CAPA, os agricultores se rearticulam no sentido de subsistir no novo momento. A rearticulação passa pela discussão de ideias e novas inserções técnicas associadas a formas de cooperação e associação já percebidas em outros agricultores no passado. A ideia do CAPA é considerada como o sinal luterano de se envolver com a questão da terra: voz e presença da IECLB na realidade agrícola brasileira, marcada por distorções e injustiças.

Territorializado em cinco núcleos geograficamente estabelecidos nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o CAPA forma um consórcio e exerce uma função mediadora entre grupos de pequenos agricultores. Com isso fomenta formas associativas de organização relacionadas ao planejamento, à produção e à comercialização de produtos agropecuários sem o uso de agrotóxicos. Para a viabilização de seu projeto, o CAPA mantém parcerias com prefeituras, movimentos sociais e com ONGs. Atua também entre populações indígenas, pescadores artesanais e grupos de comunidades remanescentes de quilombos.

O CAPA conta também com apoio da *Evangelischer Entwicklungsdienst – EDD* (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento)¹². Na área do financiamento da instituição não parece ocorrer, contudo, uma situação considerada, pelos mediadores, como confortável. O alto grau de dependência em relação à cooperação internacional preocupa. Além disso, as fontes internacionais são todas do universo luterano” [...] revelando uma virtude que é, ao mesmo tempo, uma fraqueza. A proporção de recursos próprios, positiva em sua existência ao longo do tempo, revela-se limitada para os desafios de autonomia institucional” (FLD, 2010: 28).

Em função das diferenças de contexto, demandas, tamanho da equipe e histórico institucional, cada núcleo do CAPA apresenta uma forma particular de organização de trabalho. A divisão de trabalho dentro da equipe pode se dar por área temática, por região geográfica, por tipo de público ou por uma combinação dessas três categorias. As áreas de atuação estão organizadas em linhas de trabalho, programas ou ramos de atividade. No âmbito dos núcleos ocorrem reuniões de equipe semanais ou quinzenais para planejamento de ações do período. O planejamento e a avaliação anual ocorrem em reuniões específicas, no início e final do ano. O conjunto dos núcleos forma o Consórcio. No caso do Consórcio, a coordenação é exercida de forma compartilhada pelas coordenações de cada núcleo. As

tarefas de elaboração de projeto, relatórios, organização de seminários anuais e convocação de reuniões são divididas entre todos os membros da coordenação. As opções metodológicas do CAPA são determinadas por diversos fatores, tais como a dinâmica dos movimentos sociais, a conjuntura política local, a conjuntura intraeclesial, a presença de governos considerados populares, a presença ostensiva do agronegócio (RELATÓRIO, 2006: 19-29).

O CAPA desenvolve suas ações entre os pequenos agricultores pela e através da agroecologia. A entidade concebe a agroecologia como um sistema produtivo que prioriza os recursos internos dos ecossistemas, através da reciclagem, e o sinergismo entre os seus componentes biológicos para combater problemas ocasionados pelo desequilíbrio sistêmico local. Além disso, proporciona o resgate e a renovação permanente da fertilidade do solo e, ainda, a manutenção da produtividade e a proteção das culturas. Partilha assim de uma concepção holística que incorpora inclusive a racionalidade camponesa e as técnicas de manejo tradicionais dos recursos.

No âmbito dos movimentos sociais, o CAPA pode ser caracterizado como um agente envolvido com processos de territorialização, marcadas, de acordo com Almeida, por expressões identitárias traduzidas por extensões territoriais de pertencimento. O advento de centenas de movimentos sociais estaria provocando um redesenho da sociedade civil (ALMEIDA, 2004). Considerando-se as diásporas em curso, a emergência das ONGs e de movimentos sociais, muitos deles com características étnicas e de alcance mundial, somos estimulados a pensar na construção de novas territorialidades e de novas formações identitárias no cenário global.

A partir da sua formação no ano de 1978, o CAPA procura desenvolver uma ‘agricultura alternativa’, como exposto anteriormente, a partir de práticas agroecológicas entre comunidades empobrecidas pelos processos de modernização da economia hegemônica em curso: pequenos agricultores, pescadores artesanais, comunidades índias e comunidades de remanescentes de quilombos. Três dos núcleos localizam-se no Estado do Rio Grande do Sul e dois no Estado do Paraná. Um dos núcleos estabelecidos no norte do Rio Grande do Sul, na cidade de Erechim, realiza atividades de extensão no oeste do Estado de Santa Catarina. Cerca de sete mil famílias de agricultores são atendidas diretamente pela atividade mediadora do CAPA (WOJAHN e MARTINEZ, 2008).

Territorializado nos três Estados do sul do Brasil, o CAPA, através de seus núcleos, e atuando em forma de consórcio, se caracteriza como um ‘território-rede’, considerando-se a emergência de novas formas de território, seja no cenário nacional ou global. Para além de suas atividades específicas, o CAPA ainda interage com outras entidades ou redes, que podem ser consideradas estratégicas para viabilização das suas atividades, como é o caso da Rede de Agroecologia Ecovida. No tempo presente é possível a identificação de redes de territórios e territórios em rede, territórios nas próprias redes e redes no território, num único movimento que se realiza continuamente em tramas infundáveis que precisam ser maximizadas em favor da justiça social, da preservação da natureza, da distribuição de riqueza, da valorização dos saberes populares, da autonomia (SAQUET, 2009: 91).

A entidade entende-se como uma das protagonistas do desenvolvimento rural nas áreas onde atua. Entre as atividades podem-se destacar: organização comunitária, associativa e cooperativa; assessoria às organizações de agricultores buscando sua autonomia, além de assessoria a grupos de produção e saúde; apoio a movimentos sociais e participação no planejamento e execução de políticas públicas; desenvolvimento com base no capital social e potencialidades locais; apoio a movimentos sociais na luta por seus direitos; e orientação e capacitação das organizações para o acesso a políticas públicas como crédito a agricultura familiar - Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e programas de alfabetização.

O trabalho do CAPA é integrado à Rede Ecovida de Agroecologia. O serviço, é resultado de um processo histórico de construção de alternativas ao modelo atual de agricultura, e caracteriza-se pela articulação de vários segmentos da sociedade com o objetivo de organizar, fortalecer e ampliar a agricultura ecológica familiar no Sul do Brasil. Para este fim, estão conectados agricultores, técnicos, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e consumidores conscientes organizados em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que constituem os núcleos regionais, células autônomas que, ao se relacionarem e mobilizarem em ações conjuntas, formam a rede Ecovida de Agroecologia.

A rede se articula pela construção de um novo modelo de agricultura e de sociedade, baseados nos princípios de solidariedade, de cooperação e respeito ao meio ambiente. Há uma preocupação entre os diversos núcleos que formam a rede em articular-se melhor como

economia alternativa diante do rolo compressor de uma economia onde o alimento virou apenas um produto. É requerido o fortalecimento dos mercados locais, valorização das experiências de vizinhança e a desmistificação da ideia de que o produto ecológico é necessariamente mais caro do que o “convencional”. Sendo assim, a meta da rede é fazer com que o produto ecológico possa chegar ao maior número de pessoas possíveis.

Por ser uma entidade com ênfase na prestação de serviço o CAPA desenvolveu poucas estruturas que atribuíssem a gestão política aos agricultores. É uma ONG muito mais *para* do que *dos* pequenos agricultores, assumindo um caráter de extensionismo e de assessoria, ainda que veiculando informações e tecnologias dentro de um paradigma de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico.

O CAPA, enquanto entidade de serviço atua junto aos movimentos sociais, não privilegiando nem filiando-se a uma linha de pensamento específica. Dessa forma, está aberto a atuar e colaborar com todos os movimentos sociais que se identificam com a agricultura familiar. As relações do CAPA com movimentos sociais estariam circunscritas prioritariamente à assessoria técnica, considerada uma porta de entrada na parceria com os movimentos. A demanda dos movimentos deve-se ao respeito pelo trabalho do CAPA, reconhecido como entidade tecnicamente competente e politicamente responsável. A relação, contudo, não é isenta de conflitos, em particular com as instâncias diretivas de alguns movimentos sociais que, muitas vezes, reclamam por uma ação da entidade mais orgânica com suas pautas políticas. Alguns núcleos são cautelosos em estreitar relações com os movimentos sociais, particularmente nas regiões em que estes são menos atuantes e nas quais o CAPA possui maior proximidade com forças políticas locais onde a base da Igreja apresenta uma característica conservadora e avessa à militância dos movimentos sociais mais combativos (RELATÓRIO, 2006: 44).

No contexto de uma relação afetiva com o território, o CAPA, enquanto entidade mediadora, pode ser caracterizado como um agente de (re)territorialização, considerando-se sua atuação entre as comunidades que assiste. Ao pesquisar o início das ações do CAPA entre as comunidades quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul, constatou-se que havia a concepção de invisibilidade desses territórios e que, portanto, poderiam ser caracterizados

como ‘aglomerados de exclusão’ ou ‘territórios precarizados’, perspectivas essas discutidas pelo geógrafo Rogério Haesbaert e pelo sociólogo José de Souza Martins em momentos diversos (HAESBAERT, 2009: 166). Percebe-se, nessa relação, que aspectos relacionados ao território e à territorialidade poderão estar conectados à questão identitária entre as comunidades quilombolas. Inspirado no pensamento de Rogério Haesbaert é possível concluir que muitas das comunidades de remanescentes de quilombos vivem em territórios frágeis, provisórios e precariamente territorializados (HAESBAERT, 2004: 35-52).

O CAPA, enquanto sujeito, na relação mediadora, contribui para a articulação de territórios e de territorialidades. Na medida em que, pela sua ação, desloca os mediadores tradicionais que obstaculizam os interesses de comunidades como os quilombolas, por exemplo, o CAPA pode ser considerado como um agente mobilizador na formulação de novos territórios e de novas territorialidades. Neste caso, como já discutido por Alfredo Wagner de Almeida, a territorialidade pode funcionar como fator de identificação, de defesa e de força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes (ALMEIDA, 2004: 10).

Perspectivas da agroecologia entre os agricultores familiares

As ações da ASSESOAR e do CAPA se assemelham na perspectiva da produção e difusão de conhecimentos para a transição de matriz produtiva¹³. Uma transição que se expressa como movimento contra hegemônico e que também se orienta para suas bases sociais, a agricultura familiar.

A conversão para a produção agroecológica é um processo lento e que envolve, nos seus primeiros estágios de desenvolvimento, um grande investimento da unidade familiar em termos de formação, planejamento e, não por último, intensificação de mão de obra. Por isso tal mudança tecnológica altera profundamente o modo de vida dos agricultores familiares, mobilizando expectativas, racionalidades e valores. O debate acerca das condições de transição para agroecologia, cuja sistematização se faz presente em diversos materiais publicados tanto

pelo CAPA como pela ASSESOAR, revelam diferentes sentidos compartilhados entre os agricultores, que aqui são apresentados de forma tipificada em duas tendências.

Existe a concepção de agroecologia como estratégia de agregação de valor, sendo a produção de alimento limpo, livre de agrotóxicos, um serviço da agricultura familiar prestado à sociedade como um todo¹⁴ e que, necessariamente, tem seu preço. Assim a migração para a agroecologia deveria ter impacto positivo na renda e na viabilização econômica da unidade familiar. Nessa visão os produtos hortifrutigranjeiros produzidos são colocados no mercado como produtos diferenciados, objetivando preços mais altos que o produto convencional, sendo muitas vezes inacessíveis ao consumidor de classes populares. Trata-se de uma visão de produção centrada no aspecto econômico na qual a agroecologia é compreendida, de forma pragmática, como um novo “pacote tecnológico”. A contradição desta compreensão se torna nítida quando os agricultores familiares condicionam para implementar a produção orgânica a obtenção de crédito diferenciado e, em seguida, manifestam a expectativa de sensíveis resultados econômicos de curto prazo para unidade familiar. Frequentemente frustrada, tais expectativas repercutem, em muitos casos, na desistência das famílias do projeto de conversão da matriz produtiva, voltando para a “segurança” que o modelo convencional de produção apresenta.

Por outro lado, existem agricultores que vinculam a conversão para a agroecologia à construção de uma ética, onde a produção de alimento limpo consiste em uma atitude, uma questão de coerência: “não se deve colocar no mercado um alimento que o próprio agricultor não tem coragem de comer”. Não são poucos os relatos que vinculam a mudança de matriz produtiva a uma questão de saúde, em virtude dos problemas com envenenamento na aplicação de agrotóxicos, entre outros. A produção agroecológica figura também como uma forma de resistência contra uma estrutura produtiva geradora de dependência crescente. Nessa perspectiva, a questão da viabilidade econômica da unidade familiar é analisada de forma diferente, não necessariamente como agregação de valor, mas como redução do custo produtivo e de ganhos em termos de autonomia. Isso porque a agricultura baseada na gestão renovável de recursos internos (adubação verde, consorciamentos, controles biológicos, sementes crioulas, entre outros) reduz a dependência (e os custos financeiros) de insumos externos e amplia, em médio prazo, o grau de autonomia da unidade produtiva, no sentido

de, por um lado, assegurar um equilíbrio biológico e, por outro, avançar numa economia autárquica, auto-gestionada.

As duas concepções aqui expostas são tipificações e podem ser encontradas de forma matizada entre agricultores e lideranças. Elas mostram a tensão entre os polos na qual se dá construção da agroecologia. Respectivamente as duas ONGs pesquisadas assumem posições distintas diante de suas bases sociais.

Para o CAPA a transição para agroecologia como resposta ao mercado é entendida como contradição característica da “produção orgânica”, por ser esta um estágio de transição, ainda restrito a produção sem uso de veneno ou adubo químico e não contempla aspectos éticos mais amplos. A produção orgânica é um estágio que “...engloba apenas o tecnológico; sendo a agroecologia mais abrangente (...) O orgânico pensa mais em produto; agroecologia mais em processo. Agroecologia é um conceito de vida que não é imediatista, mas lento” (CAPA, 2005: 22). Por outro lado a entidade entende as relações com o mercado de forma positiva. O empreendedorismo, ao lado do Estado e da sociedade civil organizada, é uma componente importante na construção da sustentabilidade: “os empreendedores [são] o ator-chave no âmbito da economia, no qual o processo e a preocupação social central é a produção e a distribuição dos bens e serviços para satisfazer as necessidades físicas dos seres humanos” (ibid.: 27). Aposta-se, contudo na participação dos agricultores no mercado a partir de relações de cooperativismo, como forma de amortecer as consequências nefastas da competitividade e de estabelecer novos padrões de relação com a natureza (2008: 9).

No caso da ASSESOAR, a relação com o mercado é basicamente rechaçada como eixo estruturador do desenvolvimento da agroecologia. Há antes sim o entendimento que a produção agroecológica insere-se num projeto de sociedade que está em disputa, que é busca a soberania alimentar, onde o acesso ao alimento limpo figura como um direito das classes populares. As estratégias para distribuição dos alimentos, nesse sentido, passam pela reestruturação das relações econômicas, hoje hegemônicas pelo agronegócio, como se antevê na formulação da AGO de 2012:

No campo, duas estratégias em permanente disputa. De um lado o agronegócio centrado na concentração fundiária, na agroquímica, na educação empreendedora e na consequente destruição dos recursos naturais, concentração de riqueza e

êxodo. De outro, iniciativas populares centradas no cultivo de alimentos limpos, na agroecologia, na educação popular, na economia solidária e no mercado justo (ASSESOAR, 2013: 4, grifos nossos)

Coerente com essa visão, a entidade aposta em iniciativas de comercialização baseadas numa economia de baixa escala e alcance local ou regional, tais como feiras livres, comercialização direta, entre outras.

Considerando as ênfases e diferenças em relação à economia de mercado, expressas entre agricultores, lideranças e entidades, a questão da autonomia da agricultura familiar figura aqui como um eixo que assegura uma abordagem crítica das concepções de sustentabilidade e da agroecologia, partindo da lógica da economia de subsistência camponesa. Concordamos aqui com a análise de Leff (2009) que, focando na economia moral de Chayanov, entende o camponês, agricultor familiar, constantemente voltado para a subsistência da unidade familiar e, por isso, avesso a uma integração completa às relações de produção capitalistas, conservando uma determinada autonomia. Na formulação do CAPA

Os agricultores familiares empobrecidos e ameaçados de exclusão constituem em um contingente considerável no meio rural em todo o Brasil. Tem pouca terra, dedicam-se à produção de alimentos para subsistência, a venda de excedentes tem na mão de obra familiar seu maior patrimônio. Buscam com atividade agrícola ter garantida a sobrevivência do núcleo familiar. Seu móvel não é o lucro, mas a vida digna para si e para seus filhos. (...) A sobrevivência da agricultura familiar no Brasil, não subordinada totalmente aos grandes complexos agroindustriais, depende de sua capacidade de organização cooperativa. (CAPA, 2008, pg. 05-06)

Existe na economia camponesa de subsistência, um caráter não cumulativo, integrado a valores culturais voltados para a estabilidade, prestígio, solidariedade interna e satisfação endógena das necessidades da unidade familiar e da comunidade. Contudo essa subjetividade camponesa não é imune ao impacto dos padrões tecnológicos modernos. Cada vez mais esses sujeitos assimilam padrões tecnológicos e de consumo vinculando-os a sociedade complexa e envolvente. Segundo essa análise, a relação de autonomia e assimilação, típica das culturas de subsistência, não só resulta na auto-exploração do camponês – que submete a si e a família a um sobre-trabalho na produção de alimentos - mas também, em muitos casos, assume um efeito *amortecedor* da degradação dos recursos naturais, uma vez que sua economia não é necessariamente pautada pela maximização de lucros.

Conclusões

Ambas ONGs têm uma herança histórica que as vincula com processos de luta pela autonomia do campesinato, com vínculo inicial em setores progressistas da igreja católica e evangélica, avançaram para autonomia institucional, o que permitiu-lhes formular e defender perspectivas políticas e perspectivas alternativas de desenvolvimento do campo. Destas se destaca a agroecologia, com estreita relação com grupos excluídos ou à margem do sistema produtivo do complexo agro-industrial brasileiro (tais como os povos tradicionais extrativistas ou quilombolas) ou são ainda identificadas como formas de produção típicas da agricultura familiar, este entendido como um grupo portador de uma lógica produtiva parcialmente integrada em relação ao modo capitalista.

Na perspectiva de alguns agricultores, a transição para a agroecologia é muito mais uma questão política do que técnica. Tal se verifica especialmente na perspectiva da ASSESOAR, que sugere uma relação indissociável entre a autonomia da agricultura familiar e a prática da agroecologia. Uma relação sem a qual a agroecologia ficaria refém das disputas por um conceito de desenvolvimento, fadado a compor as estratégias de continuísmo do sistema capitalista em crise, que busca redefinir seu metabolismo, a saber, o acesso de recursos naturais para a sua reprodução. No caso do CAPA a relação autonomia camponesa e matriz tecnológica se constrói indiretamente, na perspectiva do fortalecimento associativo/cooperativo, na qual a estratégia política acontece muito mais pela mediação das redes, como no caso da sua ação na Rede Ecovida (na qual também a ASSESOAR é vinculada), estabelecendo uma relação de autonomia e parceria com movimentos populares e sindicais.

Seja numa perspectiva de organização popular ou na ação de assessoria e serviço, o que aproxima as entidades entre si é a luta pela construção de um paradigma alternativo de desenvolvimento que demanda não só informações/tecnologia, mas também novas relações de poder e novos valores. Nisso se explica o compromisso de ambas entidades com a agricultura familiar e camponesa, o que orienta as estratégias de ação. Tal compromisso sugere uma relação entre agricultura familiar e agroecologia como uma função heurística, como estabelecendo os limites do *campo* (no sentido de BOURDIEU, 1983) científico e político em que se move atualmente agroecologia segundo as relações sociais em que está imbricada.

As estratégias das entidades na construção de um conhecimento agroecológico, na medida que se tornam orgânicos a suas bases sociais, permitem “um campo reflexivo suficientemente denso para embasar decisões a respeito de horizontes sociais onde a trajetória da busca pela dignidade se forje na esteira da autodeterminação da população excluída” (DUARTE, 2012: 208). Assim a agroecologia é assimilada como discurso de classe e ressignificada constantemente na tensão entre autonomia camponesa e sustentabilidade ambiental.

É característica da divisão social do trabalho no sistema capitalista, a atribuição de diferentes funções produtivas à agricultura familiar e camponesa, conforme o estágio de desenvolvimento da economia global. Políticas de extensão rural e de concessão de crédito, por exemplo, figuram como estratégicas nessa vinculação funcional. No caso das novas pautas de desenvolvimento sustentável, consensuadas a partir do novo estágio de acumulação capitalista, onde os riscos ambientais passam a ser contabilizados, propõe-se uma “nova revolução verde” (DELCOURT, 2014) onde a agroecologia pode reduzir-se a um novo marco regulatório da produção agrícola ou simplesmente uma estratégia de mercado numa economia cada vez mais competitiva e excludente. O recorrente vínculo entre empreendedorismo rural e produção orgânica sugere essa redução.

Por outro lado, os discursos dos agricultores e das entidades de representação apontam para a configuração de uma “alternativa agroecológica”, capaz de ampliar as condições de reprodução do modo de vida camponês, na medida em que se reafirmem as relações, os valores e os saberes que não só fundamentam uma forma de produzir alimento, mas configuram historicamente um modo de vida específico. Nisso a agroecologia é reconhecida como uma luta por autonomia camponesa, como “uma construção desde o passado com vistas ao futuro”, como formula a Via Campesina¹⁵.

Nos exemplos da ASSESOAR e do CAPA percebe-se, com diferentes acentos, que a agroecologia assume o caráter de ideologia, de uma leitura do contexto atual. A agroecologia partindo da referência sócio-territorial pautada pelas entidades, desvela a estratégia capitalista que procura imprimir ao sentido de sustentabilidade, perspectivas que permitam

assimilar um novo metabolismo social, novas formas de apropriação da natureza pelo capital, dada a crise sistêmica que o próprio capitalismo gerou.

Notas

¹ Segundo Duarte “como o crescimento infinito da produtividade e da acumulação permanente encontram limites físicos e econômicos, é necessário mudar as estratégias e as articulações, intensificando o controle privado sobre os recursos naturais, as modalidades de trabalho e, coroando tal dinâmica, recolonizar o aparato jurídico, repressivo e político: o controle privado do Estado. É sob este prisma que, nos eventos mundiais de debates do 'problemas ambientais', Eco92 (1992), Kyoto (1997), Marraquexe (2002), Bali (2007), Copenhague (2010), os problemas considerados graves, assumidos como pauta permanente, referem-se ao 'aquecimento global', cuja solução consensualizada pelos países do Capitalismo central, está na redução das emissões de CO₂” (2012: 38)

² Agroecólogos como Stephem Gliessman (2000) apontam que a Agronomia precisa ser, cada vez mais, a aplicação de princípios ecológicos básicos no manejo de agroecossistemas, ou seja, a busca de um reequilíbrio ecológico nos sistemas produtivos agrícolas. Daí a concepção de agroecologia como estudo holístico dos agroecossistemas (ALTIERI, 2002).

³ Para Caporal “a Agroecologia não se enquadra no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, conhecido como o paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois, como ensina o mesmo autor, esse não consegue reconhecer a existência do problema da complexidade. E é disto que se trata, reconhecer que, nas relações do homem com outros homens e destes com os outros seres vivos e com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os saberes populares com os conhecimentos criados por diferentes disciplinas científicas, de modo a dar conta da totalidade dos problemas e não do tratamento isolado de suas partes.(2006: 6).

⁴ Para Duarte o discurso ecológico ao focar o âmbito do metabolismo social, inscreve-se no mesmo campo desenvolvido no Capital de Marx, “ quando desenvolve o conceito de 'metabolismo', onde o trabalho humano, de forma genérica, é caracterizado como um processo entre o homem e a natureza, através de suas próprias ações, que o medeia, regula e controla. Marx conclui que os objetivos das relações capitalistas de produção (produzir para acumular) e a separação entre cidade e campo provocaram uma falha irreparável no metabolismo, dado que a segunda revolução agrícola, capitaneada pela indústria burguesa, levou a agricultura a uma profunda crise, combinada com uma violenta degradação ambiental” (2012: 37).

⁵ Caporal aponta que os impactos ambientais decorrentes da exploração dos recursos naturais podem ser “precificados”, uma vez que na contabilidade do agronegócio, ainda que alguém tenha que pagar por estas externalidades, em algumas vezes, quem paga a conta é a sociedade como um todo, nas atuais gerações. Noutras vezes, estes custos recairão sobre as futuras gerações (2006).

⁶ Fundada em 1962, a ONG ASSESOAR contava originalmente com o apoio dos sacerdotes, religiosos e leigos que se engajavam "pelo bem-estar das famílias de pequenos agricultores". O apoio institucional veio da iniciativa dos missionários belgas. Como objetivo geral na época constava, ao lado da atividade catequética, a assessoria técnica autônoma para o desenvolvimento da agricultura familiar. De acordo com o seu estatuto, a ASSESOAR é considerada uma associação de camponeses. A estrutura descentralizada é assegurada por reuniões regulares dos seus membros, assegurando o controle total sobre a gestão e execução de atividades.

⁷ Foi o caso da revolta dos suinocultores, onde os camponeses, após levantarem barricadas bloqueando estradas no Sudoeste do Paraná, redigiram um documento, no qual comparavam cada passo de sua luta com acontecimentos bíblicos (Abramovay, 1981: 213).

⁸ A agricultura familiar é uma definição corrente nos debates sobre o espaço rural no Brasil (enquanto que na América latina fala-se em “campesinato”), em especial, na região sul onde há uma forte presença de descendentes da migração europeia do século XIX, e em outros espaços ao longo do movimento da fronteira

agrícola. Também as políticas de crédito para agricultura familiar como o PRONAF teve forte influência na construção dessa identidade. Concordamos com Wanderley (1996) que, na tentativa de superar o conflito conceitual entre campesinato e agricultura familiar, vê neste último uma indicação genérica de diferentes modos de vida no campo, baseados no trabalho da unidade familiar em meio aos processos naturais. A alternância dos conceitos “camponês” e “agricultura familiar” neste artigo reflete a incidência de ambos termos nos discursos das entidades de mediação, de seus agentes e lideranças.

⁹ Resultado de um processo histórico de construção de alternativas ao modelo atual de agricultura, a Rede Ecovida de Agroecologia caracteriza-se pela articulação de vários segmentos da sociedade com o objetivo de organizar, fortalecer e ampliar a agricultura ecológica familiar no Sul do Brasil. Para este fim, estão conectados agricultores, técnicos, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e consumidores conscientes organizados em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que constituem os núcleos regionais, células autônomas que, ao se relacionarem e mobilizarem em ações conjuntas, formam a rede Ecovida de Agroecologia. A rede se articula pela construção de um novo modelo de agricultura e de sociedade, baseados nos princípios de solidariedade, de cooperação e respeito ao meio ambiente (SANTOS, 2010).

¹⁰ Uma das atividades em que a troca de experiências ganha destaque é a “festa das sementes” (já na sua 11ª edição), promovida anualmente pela ASSESOAR em parceria com o Fórum de entidades a festa consiste em uma grande ação de atividades de recuperação, reprodução e trocas de sementes crioulas e nativas entre as famílias de agricultores visando assegurar-lhes a preservação e o acesso do patrimônio genético. Associado à troca de cultivares acontece também oficinas de resgate de técnicas tradicionais, debates acerca da agroecologia, dos riscos do uso de agrotóxicos e da transgenia.

¹¹ No processo da busca de uma identidade nacional, a Igreja Luterana, sentindo-se desconfortável, sai do ‘gueto’ provocando uma ruptura com o seu histórico isolamento. A Reforma Agrária, como uma das prioridades de reflexão e ação, é estabelecida na IECLB na segunda metade dos anos de 1970. Em 1982 ocorre o ‘Concílio da Terra’ que acabou considerando legítima a inserção da igreja num campo que poderia ser respaldada pela Bíblia e os ensinamentos de Lutero. A ‘Terra é de Deus’, e como tal mereceria atenção social e teológica devida.

¹² A EED coopera com as atividades do CAPA e da ASSESOAR por meio de projetos de apoio e recursos financeiros. Contribui em questões conceituais específicas relacionadas à agroecologia e provoca visitas de intercâmbio e de diálogo com grupos de solidariedade na Alemanha.

¹³ A transição para agroecologia pressupõe a conversão para nova matriz produtiva, que inclui, em seus estágios iniciais a produção orgânica. O termo *orgânico* caracteriza o processo de produção/produto sem uso de veneno ou adubo químico. Assim o sistema de produção orgânica pode estar presente em parte do processo, mas não é de forma alguma o ponto de chegada (CAPA, 2005: 22).

¹⁴ Para o CAPA a agricultura sustentável não é uma responsabilidade apenas dos agricultores familiares, mas de todos os/as cidadãos/ãs. O modelo de desenvolvimento almejado contempla a possibilidade da existência de múltiplos atores, como, por exemplo, as cooperativas de consumo na cidade. Aqui a agricultura familiar tem papel protagonista e o espaço rural um lugar de destaque (CAPA, 2005).

¹⁵ “Hemos desarrollado nuestros sistemas de producción ancestrales a lo largo de milenios, definidos con el término de agroecología en los últimos 30-40 años. Nuestra agroecología incluye prácticas exitosas y productivas, procesos de campesino a campesino y territoriales, escuelas de formación y sofisticadas formulaciones teóricas, técnicas y políticas. (...) Nuestras diversas formas de producción de alimentos a pequeña escala basadas en la agroecología generan conocimiento local, promueven la justicia social, alimentan la identidad y la cultura y refuerzan la viabilidad económica de las zonas rurales. Los pequeños productores defienden nuestra dignidad cuando elegimos producir de manera agroecológica.” (Declaración del Foro Internacional sobre Agroecología, Nyéléni, Mali - 27 de febrero de 2015). Vide: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/2354-declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia>

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. (Dissertação de mestrado). São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 1981

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1992.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas. **Revista de Estudos Urbanos Regionais**. São Paulo, v. 6, n. 1, maio 2004.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ASSESOAR. **O Capitalismo e a unificação das Lutas Populares** (Documento da Assembléia Geral Ordinária). Francisco Beltrão: Grafit, 2013.

_____. **ASSESOAR, O plano quadrienal – 2011-2014**. Francisco Beltrão: 2010. Disponível em: www.ASSESOAR.org.br/Documentos (Acesso em agosto 2014)

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização e Espiritualidade: A emergência de um novo paradigma**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) A prática agroecológica no Capa. **Cadernos Temáticos**. Porto Alegre. v.1. 2005.

CAPA (Org.) **Relatório de avaliação externa: período 2000-2005**. Porto Alegre: abril 2006.

CAPORAL, Francisco R. e COSTABEBER, Jose A. **Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: 2006. Disponível em: www.seaembu.org/docs/agroecologia2.pdf (Acesso em julho 2014)

DELCOURT, Laurent. Agroécologie: enjeux et défis. **Alternatives Sud**. Lovain La Neuve, Bélgica. V. 21, n.3, p.7-29, 2014. Disponível em: www.cetri.be/Agroecologie-enjeux-et-defis?lang=fr (Acesso em dezembro 2015)

DUARTE, Valdir. **A ecologia como ideologia: os pequenos agricultores no sudoeste do Paraná – Brasil**. Nuances. (Tese de Doutorado) Universidade Nacional da Argentina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Posadas, Misiones, Argentina, 2012.

Disponível em: <http://ASSESOAR.org.br/wp-content/uploads/2013/08/ecologia-ideologia-versao-final-m.pdf> (Acesso em julho 2014)

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997

FERES, João B. **Propriedade da terra, opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil**. Amsterdam: CEDLA, 1990.

FLD: FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA – Balanço social. Porto Alegre: 2010.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

GOHN, Maria G. Movimentos sociais na contemporaneidade In: **Revista Brasileira de Educação** Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p.333-361, Agosto 2011.

GOMES, Iria Zanoni. **Terra e subjetividade**. A vida no limite do caos. Curitiba: Criar Edições, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde, Robson Laverdi e Méri Frotscher. **Espaço Plural**. 1º semestre, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e exclusão territorial. **Terra Livre**. Goiânia, Editora Vieira, p. 35-52, jul./dez. 2004.

IDE, Hans-Hulrich. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar**. Porto Alegre: C&M, 2008.

KORMONDY Edward J., BROWN, Daniel E. **Ecologia Humana**. São Paulo: Atheneu Editora, 2002.

LEFF, Henrique. Ecologia, Capital e Cultura. **A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os Novos Limites na „Nova República“**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MOLINA, Manuel G. Las experiencias agroecológicas y su incidencia em el desarrollo rural soustenible. La necesidad de una agroecologia política. In SAUER, Sergio, BALESTRO, Moisés. (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.17-70.

SANTOS, Luiz Carlos R. **Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e a sua experiência de certificação participativa**. 2008. Disponível em: <www.facedobrasil.org.br>. (Acesso em outubro 2010).

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUER, Sergio, BALESTRO, Moisés V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEVA, Janaína. Agroecologia. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In: _____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

VAN DER PLOEG, John. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**, trad. Rita Pereira, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WANDERLEY, Maria N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu: Xx Encontro Anual da ANPOCS. Outubro 1996. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899445 (Acesso em agosto 2014)

WOJAHN, Ellemar e MARTINEZ, Ernesto. **A Cultura Da Cooperação Na Agricultura Familiar**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008.

Recebido em 03/02/2015

Aceito para publicação em 20/10/2015.
